

STJ00097776

FÁBIO KONDER COMPARATO

Professor Emérito da Faculdade de Direito da USP, Doutor *Honoris Causa*
da Universidade de Coimbra, Doutor em Direito da Universidade de Paris.

CALIXTO SALOMÃO FILHO

Professor Titular de Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo,
Professor do Institut d'études politiques de Paris (Science Po).

O PODER DE CONTROLE NA SOCIEDADE ANÔNIMA

6ª Edição,
revista e atualizada



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2014 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

1ª edição – 1976

6ª edição – 2014

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C731p

Comparato, Fábio Konder.

O poder de controle na sociedade anônima / Fábio Konder Comparato e Calixto Salomão Filho.
– 6. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2014.

Inclui Bibliografia

ISBN 978-85-309-4584-8

1. Sociedades anônimas. 2. Controle. I. Título.

951751

SUMÁRIO

Abreviaturas e siglas usadas	XVII
Introdução – Poder econômico: a marcha da aceitação.....	1
a) A visão filosófica.....	3
a.1) Os filósofos unitários: Kant e Hegel.....	3
a.2) Filosofia moderna: cisão entre ética e realidade	4
a.3) Contraponto	5
b) A visão econômica	7
b.1) A marcha do pragmatismo.....	7
b.2) A síntese Schumpeteriana	11
b.3) Tendências críticas.....	13
c) A visão jurídica.....	15
c.1) Do racionalismo jurídico ao positivismo.....	16
c.2) Positivismo e poder econômico.....	17
d) Perspectivas	17

Parte I

ANÁLISE E DEFINIÇÕES

Capítulo I – A palavra e os sentidos	23
Nota de Texto 1	30
Nota de Texto 2	33
Nota de Texto 3	34
Nota de Texto 4	36
Nota de Texto 5	42

Capítulo II – O controle interno	43
Nota de Texto 6	45
Nota de Texto 7	47
Nota de Texto 8	51
Nota de Texto 9	57
Nota de Texto 10	63
Nota de Texto 11	65
Nota de Texto 12	69
Nota de Texto 13	74
Nota de Texto 14	74
Capítulo III – O controle externo	77
Nota de Texto 15	77
Nota de Texto 16	78
Nota de Texto 17	83
Nota de Texto 18	85
Capítulo IV – Qualificação jurídica do controle.....	89
Nota de Texto 19	91
Nota de Texto 20	93
Nota de Texto 21	96
Nota de Texto 22	103
Nota de Texto 23	110
Nota de Texto 24	115
Nota de Texto 25	117

Parte II

ORGANIZAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DO PODER DE CONTROLE

Capítulo I – Organização do controle interno: Técnicas institucionais	123
Nota de Texto 26	123
A) A comunhão acionária.....	130
Nota de Texto 27	131
Nota de Texto 28	135
Nota de Texto 29	135
Nota de Texto 30	136

B) O <i>voting trust</i>	138
Nota de Texto 31	140
C) A sociedade <i>holding</i>	142
Nota de Texto 32	146
Capítulo II – Organização do controle interno: Técnicas estatutárias	149
Nota de Texto 33	149
A) Cláusulas restritivas da circulação das ações.....	151
Nota de Texto 34	153
Nota de Texto 35	155
Nota de Texto 36	156
B) Ações sem voto, com voto limitado, ou com voto plural. O fracionamento de ações	157
C) Voto censitário e dispensa de comparecimento em assembleias.....	161
D) Privilégios de eleição de administradores e fiscais.....	163
Nota de Texto 37	164
Capítulo III – Organização do controle interno: Técnicas contratuais	169
Nota de Texto 38	169
A) Dissociação entre a titularidade da ação e a legitimação do exercício do direito de voto	173
B) Negociações da companhia com ações do seu capital e participações sociais recíprocas	176
C) Reporte e negócio fiduciário.....	182
Nota de Texto 39	183
Nota de Texto 40	184
D) As convenções de voto	184
Nota de Texto 41	189
Nota de Texto 42	191
Nota de Texto 43	192
E) <i>Aproxy machinery</i>	195
Capítulo IV – A oferta pública de aquisição de controle	203
Nota de Texto 44	203
Nota de Texto 45	206
Nota de Texto 46	209
Nota de Texto 47	210
Nota de Texto 48	211

Nota de Texto 49	220
Nota de Texto 50	223
Capítulo V – A cessão de controle acionário	225
Nota de Texto 51	226
A) Estrutura e qualificação do negócio	230
Nota de Texto 52	232
Nota de Texto 53	237
Nota de Texto 54	246
B) A regulação legal do negócio	248
a) Os interesses ligados à política econômica e social do Estado	248
Nota de Texto 55	250
b) O interesse das partes no negócio	252
Nota de Texto 56	254
Nota de Texto 57	256
c) A proteção dos acionistas não controladores	261
Nota de Texto 58	267
Nota de Texto 59	273

Parte III

PERSONALIDADE JURÍDICA E PODER DE CONTROLE

Capítulo I – Sentido e valor da pessoa jurídica	279
A) A revisão crítica do conceito de pessoa jurídica	279
Nota de Texto 60	280
a) A rejeição do conceito de pessoa na “teoria pura do direito”	282
Nota de Texto 61	286
a) A teoria da ficção e o contratualismo	286
b) A teoria realista e o institucionalismo	289
c) Conclusão	291
b) A pessoa jurídica como <i>regula juris</i> , segundo Ascarelli	291
c) A pessoa jurídica reduzida à categoria de mero <i>nomen juris</i>	294
B) Balanço e resultados. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica	297
Nota de Texto 62	298
Nota de Texto 63	300

C) A desconSIDeraçãO da personalidade jurídica em razão do controle. Os grupos econômicos.....	306
Nota de Texto 64	307
Nota de Texto 65	309
Nota de Texto 66	314
Capítulo II – Deveres e responsabilidades do titular do controle interna corporis. Desvio de poder e fraude à lei	315
A) Os conceitos.....	315
Nota de Texto 67	318
Nota de Texto 68	319
Nota de Texto 69	323
Nota de Texto 70	324
a) Institucionalismo	324
b) Contratualismo	326
c) Conclusão – as perspectivas teóricas para as sociedades anônimas.....	328
Nota de Texto 71	332
B) As Manifestações e os Remédios.....	334
Nota de Texto 72	335
Nota de Texto 73	340
a) Na sociedade anônima isolada	341
Nota de Texto 74	343
Nota de Texto 75	346
b) No grupo econômico.....	350
Nota de Texto 76	353
Nota de Texto 77	357
a) Responsabilidade grupal subjetiva.....	359
b) Responsabilidade estrutural.....	362
c) Responsabilidade setorial	368
d) Efeitos das diversas teorias na organização interna dos grupos	369
e) Conclusão	371
Capítulo III – Confusão patrimonial entre titular do controle e socie- dade controlada. A responsabilidade externa corporis	373
A) Na sociedade anônima isolada	375
Nota de Texto 78	376

Nota de Texto 79	379
a) A simulação na teoria dos negócios jurídicos	380
a.1) Características básicas.....	380
a.2) Distinção do negócio jurídico indireto.....	381
b) A simulação no campo societário	381
b.1) Casuística – constituição unipessoal indireta	381
b.2) Crítica à aplicação do raciocínio civilístico às sociedades.....	383
Nota de Texto 80	387
Nota de Texto 81	390
a) A teoria unitarista	390
b) A teoria dos centros de imputação	393
c) Resultados aplicativos: a casuística.....	396
c.1) Desconsideração atributiva	396
c.2) Desconsideração para fins de responsabilidade.....	397
Nota de Texto 82	399
Nota de Texto 83	403
a) A desconsideração na doutrina e na jurisprudência brasileira.....	403
b) O método da desconsideração	410
c) Análise econômico-jurídica da desconsideração	413
d) Responsabilidade limitada e livre mercado.....	414
e) Responsabilidade limitada em situação de concorrência imperfeita.....	415
f) Desconsideração como forma de redistribuição de riscos.....	418
g) Recepção legislativa das teorias no Brasil.....	419
h) Os limites da desconsideração	421
Nota de Texto 84	425
Nota de Texto 85	426
B) No grupo econômico	427
Nota de Texto 86	432
Capítulo IV – Poder de controle e nacionalidade	439
Nota de Texto 87	444
Nota de Texto 88	448
Capítulo V – Controle e abuso de poder econômico nos mercados	449
A) O problema da “neutralidade” do direito societário	449
B) Aplicações específicas	451

C) Escopos societários e escopos concorrenciais	455
D) “Influência dominante”	458
E) A “influência relevante do ponto de vista concorrencial”	463
F) O artigo 88 da Lei Brasileira e sua aplicação à concentração empresarial	467
G) Controle externo e disciplina das condutas	470
H) Conclusão.....	472
Epílogo – Poder e legitimidade	473
Nota de Texto 89	478
Bibliografia	481